

O Chefe de Família Rural no Nordeste do Brasil

TARCÍZIO QUIRINO

INTRODUÇÃO

Uma das tendências que a sociologia brasileira atual começa a manifestar, é a de voltar-se para o seu próprio corpo de experiência, para medí-lo e tomar conhecimento de sua forma e seu valor. O que, do ponto de vista psicológico, é característico da adolescência, na história da sociologia brasileira vem sendo a concomitância do seu crescimento interno, e de fatos externos, que, nem por isso, são menos significativos. Entre êsses estão a multiplicação de cursos de sociologia em nível de pós-graduação, ensejada pela Reforma Universitária, e a maior facilidade de contacto que se vem aos poucos criando no país. Os cursos de pós-graduação não só têm melhorado o nível do ensino da sociologia nas universidades brasileiras, como têm permitido que maior número de cérebros se preocupe com os problemas do ponto de vista sociológico, e que se multipliquem as pesquisas empíricas, com o conseqüente aumento do conhecimento ⁽¹⁾. A maior facilidade de contacto vem fazendo com que aos poucos nós adquiramos uma consciência nova do todo nacional, não só pela circulação mais rápida e precisa da informação em geral, como pela crescente preocupação, bem visível no campo dos estudos sociológicos, de “completar o quadro”. Essa preocupação faz com que cada vez mais os sociólogos indaguem sobre o que sabemos e comparem isso com o que necessitamos saber para termos uma visão razoavelmente conexa e completa do conjunto.

Essa tendência nos fez descobrir, entre outras coisas, que “não existe uma sociologia rural brasileira” ⁽²⁾, apesar dos

inúmeros e, às vezes, excelentes estudos com que contamos. A falta de sistematização e a existência de áreas ainda não exploradas pelo material já corrente é que são as principais causas de não termos podido ainda “completar o quadro” de nosso mundo rural, apesar de ser nele em que, até bem pouco tempo, vivia mais da metade dos habitantes do país. Para que cheguemos a essa possibilidade, entre outras e muitas coisas que nos faltam, as quais aos poucos vamos identificando (3), temos as dificuldades, ainda presentes, de levantar dados para um país de área continental, que, além do mais, se apresenta com tão variada diferenciação interna em suas características rurais. Com efeito, são poucos os estudos empíricos efetuados em áreas rurais que tenham abrangido espaços trans-estaduais, e quase não existem — salvo os dados censitários — os de amplitude nacional.

O presente estudo visa contribuir para a complementação do quadro sociológico da vida rural brasileira, pelo oferecimento de dados coletados em pesquisa empírica referente a uma área que cobre praticamente toda a região do Nordeste. A pesquisa foi feita pelo que hoje é o Laboratório de Pesquisas Sócio-econômicas do Programa de Mestrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, com recursos e por encomenda da SUDENE. Dela adveio um volumoso acervo de dados, cuja análise preliminar foi feita em um relatório intitulado “Aspectos sócio-econômicos do setor agrícola do Nordeste”, que contém, no volume referente aos aspectos sociológicos, a parte essencial deste estudo.

Os dados que usaremos se referem à caracterização do chefe de família da área rural nordestina e foram colhidos por aplicação de questionário, ali denominado de “Ficha Social”. O questionário, com perguntas tanto abertas como fechadas, foi aplicado no primeiro semestre de 1967 a proprietários, arrendatários, administradores, parceiros, rendeiros, foreiros e trabalhadores, em número proporcional às respectivas categorias. Eles foram procurados pelos entrevistadores em propriedades rurais determinadas por amostra aleatória estratificada proporcionalmente ao tamanho das mesmas e em 38 (trinta e oito) municípios escolhidos intencionalmente por serem os maiores

produtores de 19 variedades de produtos agro-pecuários (4) na área do Nordeste da SUDENE.

Selecionamos as informações que nos permitem traçar um perfil da caracterização do adulto de área rural como chefe de família. Embora não cheguemos a um nível explicativo, tentamos salientar nas observações descritivas as ligações explicativas que possam ser explicitadas e ligar os diferentes pontos abordados com a estruturação da sociedade global.

A própria característica da amostragem nos induz a considerar a pesquisa como um estudo-piloto, visto que não estamos certos de poder generalizar suas conclusões a toda a população rural do Nordeste. Seu caráter pioneiro, porém, faz dela um passo importante para o conhecimento empírico da área.

RESULTADOS

1. *Tamanho da família*

Das 2.359 famílias pesquisadas, 2.343 declararam o número de pessoas existentes na família, as quais perfazem um total de 16.996 pessoas. Isso nos dá uma média de 7,3 membros por família. Segundo o censo de 1950, a média brasileira por família era de 5,1 pessoas, sendo a das áreas rurais de 5,3 pessoas por família (5).

Há porém uma diferença de critério no que se refere aos dados aqui apresentados. Enquanto o Censo se limita a estudar a família que vive sob o mesmo teto, nós estendemos o estudo aos membros vivos da família nuclear, mesmo que esses já tenham montado residência à parte.

A área portanto, em que foi feita a pesquisa, apresenta um tamanho da família bem acima da média, tanto do Brasil em geral, como da zona rural em particular. Essa família inclui, porém, os membros ausentes da família nuclear.

A moda apresentada foi um pouco mais baixa de que a média: 6 pessoas por família, sendo que a distribuição dos casos se aproxima bastante da curva de Gauss, com uma ligei-

ra tendência de entumescimento para a esquerda. A seguir, se encontram dados completos:

QUADRO — 1

Número de pessoas por família, total de pessoas por família e distribuição percentual na amostra.

Pessoas na família (a)	Famílias		Total de pessoas (d)
	Número (b)	% (c)	
1	74	3,1	74
2	121	5,1	242
3	178	7,6	534
4	219	9,3	876
5	241	10,2	1.205
6	258	11,0	1.548
7	239	10,1	1.666
8	205	8,7	1.640
9	191	8,1	1.719
10	157	6,7	1.570
11	148	6,3	1.628
12	90	3,8	1.080
13	85	3,6	1.105
14	52	2,2	728
15	40	1,7	600
16 e mais	45	1,8	781
Não declarado	16	0,7	—
TOTAL	2359	100,0	16.996

É bom notar que, das 16.996 pessoas que fazem parte das famílias pesquisadas, somente 16,0% vivem em famílias pequenas, de 5 membros ou menos, embora 35,3% das famílias tenham este tamanho.

2. Caracterização do Chefe da Família

Os nossos respondentes foram os chefes da família (99,4%). Procuramos, a seguir, caracterizar esses chefes de famílias tão numerosas, que por sua posição na estrutura familiar são o estio econômico. Somente 7 deles declararam de-

pendem economicamente de outrem, enquanto 22 nada declararam. Assim, temos 98,8% dos chefes de família com independência econômica explícita.

2.1. Casamento

O chefe da família rural é o cônjuge de sexo masculino. Em 98,2%, é de sexo masculino. (2.316 respostas, contra 33 de sexo feminino e 10 sem especificação: respectivamente 1,4% e 0,4%). Em 65,2% dos casos, é casado ou amasiado. Apesar de o casamento religioso conservar ainda força como único laço entre os espôso, a forma de duplo casamento (civil e religioso) é a que é adotada pela maior parcela (36,2%). O casamento apenas no civil é relativamente pouco praticado (5,5%), sendo que as formas de união não sancionadas são sobremaneira raras, não chegando a mais de 1,4%. Como se pode observar do quadro II, o número de respostas não declaradas foi bastante elevado. Isso nos faz suspeitar que, entre os 25,1% dessa categoria, haja uma boa porção de uniões não sancionadas pela lei ou pela religião, o que mudaria a feição geral da distribuição.

QUADRO — 2

Distribuição da amostra segundo o Estado civil e a forma de união matrimonial

Estado civil e forma de união	Número	%
Casado	1505	63,8
dos quais:		
no civil e religioso	885	36,2
apenas no civil	129	5,5
apenas no religioso	521	22,1
Amasiado	32	1,4
Solteiro	169	7,2
Viúvo	50	2,1
Desquitado	9	0,4
Não declarado	594	25,1
TOTAL	2359	100,0

2.2. *Idade*

A idade dos Chefes da Família está compreendida em uma faixa que se estende dos 16 anos até os 84. A moda, porém, é de 40 anos se tomarmos as idades uma a uma. Agrupando-as em intervalos, temos as seguintes freqüências:

QUADRO — 3

Idade dos Chefes de Família da amostra

<i>Idade em anos</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
15 — 19	11	0,4
20 — 24	78	3,3
25 — 29	158	6,4
30 — 34	214	9,1
35 — 39	302	12,9
40 — 44	309	13,2
45 — 49	326	13,8
50 — 54	298	12,6
55 — 59	238	10,2
60 — 64	152	6,4
65 — 69	114	5,0
70 — 74	64	2,8
75 — 79	25	1,1
80 — 84	12	0,4
Não sabe	3	0,1
Não declarado	55	2,3
TOTAL	2359	100,0

Assim classificadas as idades, a moda se localiza no grupo etário de 45 a 49 anos, sendo que 71,8% dos indivíduos chefes de família têm mais de 30 anos e menos de 60. Segundo dados do Censo de 1950, o último publicado na íntegra, naquele ano, para o Brasil como um todo, 66,4% dos Chefes de Família tinham mais de 30 anos e menos de 60, enquanto 21,1% tinham menos de 30 anos.

Isso nos faz concluir que, deixado à parte o período existente entre os dados, a família rural do Nordeste tem chefes mais

velhos que a família brasileira em geral, pois na nossa amostra só 10,1% dos Chefes de Família têm menos de 30 anos. Resumindo, temos o seguinte:

QUADRO — 4

Comparação das idades dos Chefes de Família no Brasil e no Nordeste agrário

<i>Idade em anos</i>	<i>Nordeste agrário</i> 1967 %	<i>Brasil</i> 1950 %
Até 29	10,1	21,1
30 — 59	71,8	66,4
60 e mais	18,1	12,5
TOTAL	100,0	100,0

Êsses dados seriam de esperar em uma região de onde se originam muitos dos mais fortes e constantes fluxos migratórios. Essa relativa velhice dos chefes de famílias rurais nordestinas, certamente nos aponta uma correlação e uma indicação. A correlação é com o caráter pouco atrativo e pouco punjante da economia rural nordestina, se a compararmos com outros setores econômicos do país, sobretudo com aqueles que se desenvolvem em áreas urbanas. Essa correlação tem sido observada em diversas épocas e em diversos países (6). A indicação é estabelecida por pesquisas empíricas feitas em outras áreas (7). Sabe-se por elas que as pessoas mais velhas têm mais dificuldades de adotar inovações, de que as pessoas mais jovens. Isso aconselha que, ao serem estabelecidos programas de recuperação e revitalização econômicas de regiões rurais no Nordeste, o problema da difusão de inovações (mudanças de técnicas agrícolas ou pecuárias) seja atacado com base em um rejuvenescimento da população, através, entre outras coisas, da mudança de expectativa da população a respeito da área e conseqüente aumento da atratividade econômica.

2.3. *Ocupação*

Três quartos dos Chefes de Família só têm uma ocupa-

ção, sendo que 65,3% é agricultor (cultivo ou pecuária) proprietário, 23,3% é trabalhador rural e 1,0% é administrador, 0,9% é vaqueiro, o que perfaz um total de 90,5% de Chefes de Família com atividades diretamente ligadas à agricultura como principal ocupação. Os demais exercem atividades comerciais (4,0%), industriais (0,5%), profissionais liberais (0,3%), são funcionários públicos (1,1%) e outras (1,5%), estando ligadas às ocupações rurais pelas atividades secundárias. Só 0,2% declara não ter ocupação principal e 1,9% nada declara. No Quadro seguinte, estão as ocupações mais miudamente especificadas.

QUADRO — 5

Ocupação principal dos Chefes de Família no Nordeste Agrário

<i>Ordem</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
1	Agricultor (cultivo ou pecuária), proprietário	1.540	65,3
2	Trabalhador agrícola	549	23,3
3	Atividade comercial por conta própria como dono ou sócio	93	3,9
4	Funcionário Público	26	1,1
5	Administrador	24	1,0
6	Vaqueiro	19	0,9
7	Atividades industriais como dono ou sócio	11	0,4
8	Mecânico, motorista, pedreiro, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, barbeiro, alfaiate, costureiro	18	0,7
9	Doméstica	9	0,4
10	Profissões liberais	8	0,3
11	Outras	16	0,6
12	Não tem	4	0,2
13	Não declarado	42	1,9
TOTAL		2.359	100,0

Sòmente 21,7% dos Chefes de Família declararam a sua ocupação secundária. Além disso, 75,8% não tem outra ocupação além da principal. As ocupações secundárias mais comuns são exatamente a de agricultor (cultivo ou pecuária) proprietário, que é a de 7,0% da amostra e as atividades comerciais por conta própria, que englobam outros 7,0%. Nenhuma outra se eleva a mais de 2%. Usando das mesmas categorias do quadro anterior, assim estão elas distribuídas:

QUADRO — 6

Ocupação secundária dos Chefes de Família no Nordeste Agrário

<i>Ordem</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
1	Não tem	1.789	75,8
2	Agricultor (cultivo ou pecuária), proprietário	166	7,0
3	Atividade comercial por c/ própria, como dono ou sócio	166	7,0
4	Mecânico, motorista, pedreiro, ferreiro, carpinteiro, marceneiro, alfaiate, costureiro, barbeiro	69	3,0
5	Trabalhador agrícola	22	1,2
6	Vaqueiro	13	0,5
7	Funcionário Público	12	0,5
8	Profissões liberais	6	0,3
9	Administrador	6	0,3
10	Doméstica	6	0,3
11	Atividades industriais como dono ou sócio	5	0,2
12	Outras	34	1,4
13	Não declarado, não sabe	59	2,5
TOTAL		2.359	100,0

É oportuno registrar que, de todos os Chefes de Família que estão ligados ao comércio ou à indústria, tanto como ati-

vidade principal ou como atividade secundária, que somam um total de 275, somente (17,9% dêles) 41 se dedicam a atividades industriais ou comerciais com produtos agrícolas ou pecuários. Isso nos sugere uma extrema especialização dos indivíduos na produção agrícola, com um desligamento dos setores de comercialização e industrialização. Essa interpretação também fica patente no grande número de indivíduos que têm como atividade única a agricultura.

2.4. Distribuição pelos estratos sociais

Em uma tentativa de discernir o perfil da estratificação social do grupo aqui estudado, damos a seguir uma classificação por camadas sociais, de acordo com a ocupação principal e seu caráter predominantemente urbano ou predominantemente rural.

QUADRO — 7

Distribuição da amostra segundo a estratificação por prestígio da ocupação principal e seu caráter urbano ou rural

<i>Atividade principal</i>	<i>Número</i>		<i>%</i>	
A — Urbanas	145		6,1	
Indústria como dono ou sócio	11		0,5	
Comércio por c/ própria	93		3,9	
Profissões liberais	8		0,3	
Profissões urbanas das classes médias	33		1,4	
B — Rurais	2.132		90,4	
Agricultores (cultivo ou pecuária) proprietários	1.540		65,3	
Administradores	24		1,0	
Vaqueiros	19		0,8	
Trabalhadores rurais	549		23,3	
C — Profissões não específicas e não declaradas	82	82	3,5	3,5
TOTAL	2.359	2.359	100,0	100,0

A estratificação social aqui apresentada se refere unicamente à amostra, e não é generalizável, nem para a população urbana da área, nem para a rural. Isso é devido aos critérios de amostragem, que não visaram obter essa representatividade, como ficou explícito no capítulo sobre os problemas técnicos da pesquisa. Para que, porém, ela é útil?

Das 2.359 pessoas que exercem atividades rurais, sabemos que 1.789 não têm outra atividade além dessa. Das 570 que exercem duas atividades, temos 343 que declararam uma atividade rural como principal, 145 têm atividade tipicamente urbana como principal, sendo que os 82 restantes exercem atividades que não são específicas de qualquer uma das zonas, ou que não foram declaradas. Em estudo posterior destes mesmos dados, será interessante determinar quais as profissões rurais que são exercidas como ocupação principal, concomitantemente com uma profissão urbana como secundária. Pelo quadro 7 fica patente que as profissões urbanas exercidas como atividade principal se caracterizam por serem, pelo menos, de classe média. Nenhuma profissão urbana de classe baixa é exercida como atividade principal por pessoa que exerça ao mesmo tempo uma atividade rural. Embora não possamos afirmar definitivamente antes de um estudo mais detido, o quadro acima chega a sugerir que cerca de quase três quartos das pessoas de ocupação principal urbana pertencem à classes média superior, e alta.

Quanto aos que têm como atividade principal uma profissão tipicamente da zona rural, nossa análise é dificultada de dois modos: primeiramente pelas técnicas de amostragem, como ficou dito atrás; em segundo lugar, porque só uma apuração cruzada poderá nos dar indicações mais precisas sobre o sentido real dos dados. Assim sendo, fica registrada a sugestão de que se procedam estudos posteriores sobre este mesmo tema.

2.5. Rendimentos

Somente menos da metade dos Chefes de Família declararam algo sobre seus salários ou rendas. 1.206 pessoas não

forneceram dados sobre o item, o que representa 51,1% do total. Entre as que declararam, 39,8% recebiam, na época, menos de NCr\$ 50,00 por mês, o que também representa a moda dos salários. Outras 27,7% recebiam entre NCr\$ 51,00 e NCr\$ 100,00. Esses dois grupos a que pertencem um total de 769 indivíduos, representam 67,5% dos Chefes de Família que declararam algo sobre seus salários, os quais têm receita mensal até, no máximo NCr\$ 100,00.

QUADRO — 8

Distribuição da amostra segundo a Renda Mensal dos Chefes de Família

NCr\$	Número	%
até 50	459	19,5
51 até 100	310	13,1
101 até 500	277	10,7
501 até 1000	34	1,5
1001 até mais	50	2,1
Não tem, não trabalha	23	1,0
Não declarado	1.206	51,1
TOTAL	2.359	100,0

A grande quantidade de respostas em branco em perguntas relativas a renda, salários e ganhos em geral é comum em pesquisas aplicadas no Brasil, não sendo, pois, de admirar. O grande número de baixos rendimentos registrados nos deixa ver que não são somente os trabalhadores rurais e vaqueiros que percebem pouco, mas que também pessoas de outras profissões, inclusive proprietários, estão presentes entre os de rendimentos inferiores a NCr\$ 100,00. Se isso é verdade, temos de admitir que a marginalização do homem rural dos bens da sociedade moderna não se dá unicamente pela sua condição

de empregado mal pago, mas existe em forma de quase exclusão do mercado de consumo, mesmo quando aquele é proprietário de sua produção agrícola ou pecuária.

2.6. Instrução

Em 1950 havia 62,7% de brasileiros de 15 anos a mais que só frequentaram menos de um ano de escolaridade, havendo 9 países da América Latina em situação melhor que a nossa, quanto a esse particular. Chegava a 78,7% o total de pessoas que não haviam concluído curso primário. Naquele ano nós tínhamos 50,6% da população maior de 15 anos analfabeta, sendo que na zona rural essa percentagem era de 66,9% e na urbana, descia a 21,7%, havendo mais mulheres analfabetas que homens (8).

Na nossa amostra a taxa de analfabetismo atinge 55,1%, estando, pois, acima da média geral brasileira e abaixo da média rural. Se acrescentarmos a esse número os que não concluíram o curso primário, chegaremos a 79,6% o que coloca a amostra em situação um pouco inferior à do Brasil em 1950.

Se compararmos aos dados de 1960, vemos que a situação geral do Brasil melhorou grandemente, pois reduzimos o índice de analfabetismo das pessoas com 15 anos e mais de idade a 39,5% (dados da ONU), o que nos deixa ainda muito longe dos 8,6% da Argentina, mas reflete em porcentagem o esforço nacional dos últimos 20 anos no campo da educação.

A situação apresentada pela amostra para a zona rural do Nordeste se mostra, por outro lado, de aparências calamitosas dentro do Brasil. O que não é surpresa.

Em toda a amostra, apesar do grande número de analfabetos, só temos 17 pessoas que estão estudando atualmente. Dessas, somente 10 no nível primário. Outras 7 frequentam o nível médio e 2 o superior. De modo geral temos a seguinte pirâmide equacional:

QUADRO — 9

Distribuição da amostra segundo o nível de instrução dos Chefes de Família

<i>Nível de instrução</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
Analfabetos, ou que assinam o nome	1.299	55,1
Primário incompleto	578	24,5
Primário completo	249	10,5
Médio completo	62	2,7
Superior completo	33	1,4
Sem informações	138	5,8
TOTAL	2.359	100,0

2.7. *Naturalidade*

O nomadismo do brasileiro dentro de seu país já alcançou notoriedade internacional ⁽⁹⁾, enquanto o dos habitantes de alguns estados foi consagrado pelo anedotário popular e até explorado comercialmente pelos veículos de comunicação de massa, sobretudo o cinema, o rádio e a televisão. Essa migração se dá saindo dos estados menos industrializados para os mais industrializados, dos estados do Nordeste para os do Norte e do Centro-Sul e das zonas rurais para as urbanas. As migrações inter-estaduais atingiram 10,3% de brasileiros que, nascidos em um estado, residem em outro. Elas devem ter subido ainda mais nos últimos anos dos 50 e primeiros anos da atual década, como deixa entrever o crescimento acelerado dos grandes núcleos urbanos.

Pelos dados da nossa amostra, fica claro — aliás em coerência com outros estudos até agora efetuados, inclusive o citado acima — que ela corresponde a uma área de emigração. Além da velhice relativa dos Chefes da Família, a qual

já foi enfatizada atrás, encontramos taxas muito baixas de imigração inter-estadual. Somente 8,9% da população é originária de outro estado. Mesmo as migrações inter-municipais não são elevadas: 62,8% nasceu e reside no mesmo município. Somente 1 de nossos entrevistados nasceu fora do Nordeste.

De toda a população entrevistada, 76,7% nasceu em zona rural, o que demonstra que o campo continua a prender quase unicamente as pessoas que ali nasceram. Além disso, em cada origem geográfica, as pessoas da zona rural atingem sempre a totais superiores às pessoas da zona urbana. A situação geral é a seguinte:

QUADRO — 10

Distribuição da amostra segundo o local de nascimento

<i>Local de nascimento</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
No mesmo município, em zona rural	1.258	53,3
No mesmo município, em zona urbana	225	9,5
Em outro município do mesmo Estado, em zona rural	389	16,5
Em outro município do mesmo Estado, em zona urbana	117	5,0
Em outro Estado do Nordeste, em zona rural	161	6,9
Em outro Estado do Nordeste, em zona urbana	48	2,0
Em Estado de outra região, em zona urbana	1	0,0
Sem resposta	160	6,8
TOTAL	2.359	100,0

Caracterização Típica

Concluindo, podemos caracterizar o Chefe de Família típico como sendo o cônjuge do sexo masculino (98,2%), que tem uma família de 6 pessoas (moda), economicamente independente (98,8%) casado no civil e no religioso (36,2%) com idade entre 40 a 49 anos (27,0%), agricultor (cultivo ou pecuária) proprietário como ocupação principal (65,3%) e sem outra ocupação além dessa (76,8%). Não se conhecem os seus rendimentos (51,1%), é analfabeto (55,1%) e nasceu na zona rural do mesmo município aonde ainda reside (53,3%).

As famílias da área rural do Nordeste são, em média, maiores que as do Brasil em geral e da área rural brasileira em particular. Elas se fundamentam na dupla forma de casamento (civil e religioso) com uma frequência maior de que anteriormente se acreditava.

Os chefes de família da área rural Nordestina são mais velhos de que os do Brasil, apesar de sabermos que a esperança de vida nessa área é bem mais baixa de que no total do país. Isso caracteriza bem a ausência de atrativo da vida rural sobre os chefes de família jovens. Os que não emigraram, exercem quase sempre atividades tipicamente rurais, a não ser que façam parte dos estratos mais altos da sociedade, quando às vezes apresentam a um tempo atividade urbana e rural.

O nível educacional é mais baixo que o Brasil, parecendo mesmo haver um desinteresse dos que não estudaram em tempo, por uma segunda oportunidade de estudos, contrariamente ao que vem ocorrendo nos núcleos urbanos da região. A maioria dos habitantes rurais, que nasceu na área rural do mesmo município aonde vive, não teve oportunidade de entrar em contacto com os valores culturais consagrados na cidade, através de uma vivência que possa provocar mudança de atitude.

A extrema concentração do rurícola adulto em seu mundo — visível de diferentes maneiras — nos mostra que, as

mais das vezes, ainda temos de usar categorias de dualismo para interpretar nossa sociedade e o processo de implantação da sociedade industrial.

NOTAS

- (1) — Achim Schrader: "Por que é que a sociologia não é profissão?" in Notícias Alemãs 11/69, p. 737.
- (2) — Heraldo Pessoa Souto Maior "Introdução" em "Aspectos Sociológicos no Setor Agrícola: Nordeste" Recife, 1969, mim., p. 3.
- (3) — Ver o artigo introdutório indicado acima, aonde se esboça uma visão do problema, sucinta porém fecunda.
- (4) — Foram os seguintes os produtos agropecuários: abacaxi, algodão, arroz, banana, batata, babaçu, pecuária, carnaúba, cana, cebola, côco da Bahia, feijão, fumo, laranja, mandioca, mamona, milho, sisal, cacau. A pesquisa foi feita nos municípios de Água Preta (Pe.), Alagoinha (Ba.), Aracati (Ce.), Arapiraca (Al.), Areia (Pb.), Branquinha (), Coroatá (Ma.), Codó (Ma.), Curaça (Ma.), Goiana (Pe.), Igreja Nova (Al.), Ilhéus (Ba.), Irará (Ba.), Irecê (Ba.), Itabaiana (Pb.), Itabuna (Ba.), Itapetinga (Ba.), Jacobina (Ba.), João Câmara (Rn.), Junqueiro (Al.), Limoeiro (Pe.), Maranguape (Ce.), Muriçica (Al.), Parázinho (Rn.), Capela (Al.), Passira (Ce.), Pedreiras (Ma.), Petrolina (Pe.), Piancó (Pb.), Quixadá (Ce.), Quixeramobim (Ce.), Sapé (Pb.), Trindade (Pe.), União dos Palmares (Al.), Batalha (Ce.), Campo Maior (Pi.), Pinheiro (Ma.), para maiores detalhes sobre a metodologia da pesquisa, ver o relatório original.
- (5) — "IV Recenseamento Geral do Brasil, 1950", Rio 1956, segundo L. Smith: "Brasil, Povo e Instituições" — Rio 1967, p. 522.
- (6) — Tarcízio Rêgo Quirino: "Os habitantes do Brasil no Fim do Século XVI" — Recife — 1966, especialmente pp. 49 a 65 aonde se mostra que a maior atratividade econômica de Pernambuco em relação a outras capitanias na época, está correlacionada com a idade mais baixa dos habitantes masculinos em geral e dos imigrantes em particular.
- (7) — Ver: Herbert F. Lionberger: "Adoption of New Ideas and Practices" Iowa, 1962 pp. 96-97.
- (8) — Oscar Vera: "Estado Atual da Educação Escolar" in Luiz Pereira (org). "Desenvolvimento, Trabalho e Educação", Rio, 1967, pp. 30-63.
- (9) — T. Lynn Smith, cit., pp. 173 e segs.